



Destaques dos Segmentos



Boxe de Sustentabilidade



Boxe Regulatório



Boxe Jurídico



Boxe Estatístico



Projeção da Arrecadação



Produção Acadêmica em Seguros





SUMÁRIO



■ APRESENTAÇÃO	3	BOXE REGULATÓRIO 16
■ DESTAQUES DOS SEGMENTOS		A contabilidade mais próxima dos debates de sustentabilidade reforça a importância da agenda
Danos e Responsabilidades	4	BOXE JURÍDICO
Capitalização	5	administração pública
Cobertura de Pessoas	6	BOXE ESTATÍSTICO
Saúde Suplementar	11	previsão de arrecadação: um estudo de caso para o seguro Automóvel
■ BOXE DE SUSTENTABILIDADE	14	■ PROJEÇÃO DA ARRECADAÇÃO
Da vulnerabilidade à segurança: um caminho para reduzir prejuízos e proteger a população		■ PRODUÇÃO ACADÊMICA EM SEGUROS 33



A CNseg

A Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem como missão contribuir para o desenvolvimento do sistema de seguros privados, representar suas associadas e disseminar a cultura do seguro, concorrendo para o progresso do País.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, esta publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico, Regulatório, Jurídico, de Sustentabilidade e de Relações de Consumo, além do acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.



DESTAQUES DOS SEGMENTOS

Danos e Responsabilidades

Precisamos falar sobre o seguro de Riscos de Engenharia

O seguro de Riscos de Engenharia arrecadou, em 2023, quase R\$ 1 bilhão e distribuiu R\$ 636 milhões em indenizações; o potencial de contratação projeta números ainda maiores. Observa-se dois fatores essenciais para a superação dos resultados: o aumento nos investimentos em obras de infraestrutura e a maior conscientização do mercado de construção civil e do poder público sobre o custo-benefício de um seguro que protege as obras civis, máquinas e equipamentos em instalação contra danos materiais que possam ocorrer durante a sua execução, que, invariavelmente, acarretam prejuízos de grandes proporções.

O primeiro fator já é uma realidade: as obras de infraestrutura do Novo PAC anunciadas pelo governo federal, estimadas em R\$ 1,3 trilhão, que devem ser implementadas nos estados e municípios até 2026 e que incluirão estradas, escolas, hospitais, esgotamento sanitário, prevenção a desastres ambientais, entre outros.

Já o segundo fator depende de uma divulgação mais massiva sobre os benefícios de contratar-se o seguro de Riscos de Engenharia, trabalho que a Federação Nacional de Seguros Gerais – FenSeg vem promovendo em duas frentes. Em uma delas, a federação está desenvolvendo, ao lado da CNseg, o projeto de parcerias com estados e municípios, com o objetivo de promover fóruns que possam auxiliar governos locais nas áreas de infraestrutura. A primeira reunião técnica de seguros aplicáveis em projetos de infraestrutura aconteceu em Belo Horizonte (MG), no último dia cinco de junho, e contou com a participação da Comissão de Riscos de Engenharia da FenSeg.

Durante o encontro, realizado no SindSeg MG/GO/MT/DF, foram debatidos temas relacionados

à legislação e casos relacionados às problemáticas que envolvem a construção de empreendimentos, além da importância do seguro de Riscos de Engenharia para proteger a obra e garantir a sua conclusão. Entre os 80 convidados, predominavam servidores públicos do setor de infraestrutura do Governo do Estado de Minas Gerais, ávidos por conhecer as iniciativas que poderiam auxiliar no aprimoramento de editais e normativas para a licitação de empreendimentos públicos no estado.

Além dessa iniciativa, que deve ser replicada em outros estados, a Comissão de Riscos de Engenharia tem promovido encontros para estimular o diálogo com atores relevantes no segmento. A comissão reuniu 50 convidados em um webinar para discutir as tendências e desafios do mercado e questões relacionadas à aceitação do risco, mercado soft e hard, afora os impactos das enchentes no Rio Grande do Sul. Entre os debatedores, representantes da comissão, a reunião contou com três convidados especiais do mercado ressegurador.

Mas, no âmbito da divulgação do seguro de Riscos de Engenharia, o mais recente trabalho desenvolvido pela comissão promete ser também o de maior abrangência. Trata-se de um guia on-line que explica em detalhes o funcionamento do seguro. A publicação, já disponível no site da FenSeg, traz em suas 32 páginas informações detalhadas sobre as coberturas, além de um amplo glossário com o significado dos termos técnicos mais comuns contidos na apólice.

Com o título "Seguro de Riscos de Engenharia: O que é, como e quando usar", a cartilha pode ser lida na internet, além de oferecer a possibilidade de ser impressa e distribuída como material de apoio.

■ Capitalização

Reservas Técnicas de Capitalização ajudam no desenvolvimento da infraestrutura do país

Os Títulos de Capitalização existem há 95 anos e, ao longo dos tempos, foram adaptando-se às necessidades dos clientes e à movimentação do mercado. A solidez desse tipo de negócio está associada a alguns fatores, como a diversificação das modalidades de capitalização, que atendem aos mais diferentes negócios, o cumprimento de regras regulatórias e de governança das empresas e, ainda, a robustez das reservas técnicas do setor, que não só reforçam sua capacidade financeira e garantem o cumprimento dos compromissos firmados com os clientes como ajudam a desenvolver o país.

Isso ocorre, porque as sociedades de capitalização precisam aplicar e rentabilizar seus recursos para garantir os sorteios e o pagamento de resgates de títulos ao fim das vigências, além de arcar com seus encargos. A legislação permite a aplicação de até 100% dos recursos da capitalização em títulos públicos, um investimento de baixo risco e liquidez. Isso quer dizer que financiamos o governo com valores que podem ser usados na melhoria da infraestrutura do país, permitindo a realização de obras públicas, por exemplo, que não seriam possíveis apenas com a arrecadação de impostos.

Atualmente, as reservas técnicas do setor estão em R\$ 40 bilhões, e, de acordo com o estudo "Estimativa de Potencial para a Capitalização", no qual foram apresentadas expectativas ainda mais arrojadas para o segmento, a perspectiva é de que as reservas cheguem a R\$ 100 bilhões, considerando a projeção de crescimento das arrecadações e dos resgates, caso seja alcançado o potencial de mercado estimado até 2026. Isso mostra a relevância da capitalização para o país e serve para a Federação Nacional de Capitalização (FenaCap) desenhar, com as socie-

dades de capitalização associadas, estratégias transformadoras e de alto impacto social e ambiental.

Inicialmente destinado a estimular a disciplina financeira, tendo como incentivo a participação em sorteios em dinheiro feitos durante a vigência dos títulos, o segmento de capitalização, atualmente, oferece seis diferentes modalidades, com soluções capazes de atender a perfis variados de consumidores, como a possibilidade de alugar imóveis sem a necessidade de fiador, solicitar crédito ou garantir obras públicas e privadas, sempre com a possibilidade de concorrer a sorteios.

Essa diversificação contribuiu para o crescimento da capitalização no país, como mostram dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), analisados pela FenaCap. Em 2023, o setor teve 5,6% de aumento na arrecadação, comparado ao ano anterior. 2024 segue a tendência de alta, com R\$ 7,4 bilhões arrecadados no primeiro trimestre, um aumento de 4,2% em relação ao mesmo período de 2023. Somando resgates e sorteios, foram pagos R\$ 6,8 bilhões à sociedade, totalizando um crescimento de 18,3% em relação a 2023.

A consolidação desse cenário promissor nos permite acreditar na possibilidade de os recursos gerados pela movimentação da capitalização serem utilizados, por exemplo, na reconstrução do Rio Grande do Sul. Ao aplicarmos as reservas técnicas em títulos públicos, oferecemos ao governo a possibilidade de ampliar investimentos na construção de hospitais, escolas, pontes e outros equipamentos fundamentais para a retomada daquele estado.

Denis Morais - presidente da FenaCap

■ Cobertura de Pessoas

Reforma Tributária | PLP 68/3034

NOTA TÉCNICA – ALÍQUOTA ZERO PARA SEGURO DE VIDA E DE INVALIDEZ COM CAPITAL SEGURADO ESTA-BELECIDO NA CONTRATAÇÃO E PARA AS COBERTURAS DE MORTE E INVALIDEZ NA PREVIDÊNCIA COMPLE-MENTAR ABERTA COM VALOR DE BENEFÍCIO ESTABELECIDO CONTRATUALMENTE.

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

- 1. É importante destacar, desde já, que o seguro de vida cumpre um relevante papel de proteção social e da renda para os indivíduos e suas famílias, com reflexos positivos para a sociedade e a economia como um todo.
- 2. Neste escopo, ressalta-se que o objetivo do seguro de vida e de invalidez não é acumular riquezas, mas sim prover recursos aos beneficiários para reduzir os impactos financeiros negativos causados pelo falecimento ou pela invalidez, contribuindo para a superação dos desafios que a morte do ente querido ou sua invalidez acarretam.
- 3. É inquestionável, portanto, que os benefícios propiciados pelos seguros de vida e de invalidez são inestimáveis, pois transcendem o valor do capital segurado contratado: não é passível de ser mensurada a tranquilidade decorrente de saber que a família contará com apoio financeiro para arcar com as despesas do dia a dia no caso de ocorrência do sinistro.
- **4.** Esses benefícios alcançam tanto as pessoas que não conseguem (ou ainda não conseguiram) acumular um patrimônio como também aquelas que já tenham formado uma reserva financeira.

- 5. A tranquilidade propiciada pelos seguros de vida e de invalidez e que os diferencia das aplicações financeiras reside justamente no fato de não ser necessário um esforço de acumulação/investimento de recursos. O capital segurado, a ser pago aos beneficiários (ou ao próprio segurado no caso de invalidez), é estabelecido no ato da contratação do seguro.
- 6. Outro grande diferencial do seguro de vida reside no fato de o capital segurado ser pago diretamente ao beneficiário, sem necessidade de integrar o inventário, evitando uma espera, muitas vezes longa e com custo elevado, sobretudo para os familiares que precisam de recursos financeiros o mais rápido possível para honrar os compromissos do dia a dia.
- 7. Nesse sentido, tanto aqueles que já possuem patrimônio acumulado ao longo da vida quanto os que ainda não conseguiram o formar se beneficiam com o seguro de vida, pois seus beneficiários poderão acessar o capital segurado de forma rápida, simplificada e sem custos, propiciando, inclusive, condições de suportar o prazo e as despesas inerentes à abertura e conclusão do inventário. À exemplo do que ocorre em outros países, o seguro de vida no Brasil é um importante instrumento financeiro sucessório para garantir o sustento das famílias até a finalização do processo de inventário.

II. SEGUROS DE VIDA E DE INVALIDEZ COM CAPITAL SEGURADO ESTABELECIDO NA CONTRATAÇÃO X APLICAÇÕES FINANCEIRAS

- 8. Cabe destacar que os seguros de vida e de invalidez com capital segurado previamente estabelecido não permitem, devido aos seus componentes atuariais, que sejam utilizados como uma forma de aplicação financeira.
- 9. Os seguros de vida e de invalidez, assim como as demais coberturas de risco, são pautados em alicerces técnico-atuariais. Nesse aspecto, além do conceito de risco, conhecido no âmbito atuarial como a probabilidade de ocorrência de um evento (nesse caso, da morte/invalidez), o princípio do mutualismo é essencial na estruturação dos seguros.
- **10.** O mutualismo é um princípio de gestão de riscos através do qual o mercado se organiza para compartilhar riscos semelhantes aos quais os indivíduos estão expostos.
- **11.** Ele consiste na concentração de recursos de uma coletividade para garantir a recomposição financeira daqueles que, de forma individual, foram impactados em decorrência de um infortúnio.

- 12. Outro aspecto que merece ser mencionado é a denominada subscrição do risco, que representa a análise do risco a ser assegurado pela seguradora. Ela pode demandar, além do preenchimento de proposta, a prestação de informações de saúde, atividades, doenças preexistentes e hábitos de vida na declaração pessoal de saúde e até mesmo a realização de exames, cujas informações serão verificadas e analisadas pela seguradora, antes de aceitar, ou não, o risco e precificar o seguro.
- 13. Assim, considerando o exposto acima, é importante reforçar que os seguros de vida e de invalidez são instrumentos de proteção familiar, com o valor do capital segurado a ser pago aos beneficiários (ao segurado, no caso de invalidez) estabelecido no contrato juntamente com a forma do respectivo custeio, calculado atuarialmente –, visando garantir apoio financeiro, não devendo, portanto, ser confundido com nenhuma aplicação financeira ou visto como uma forma de investimento.

CAPITALIZAÇÃO ATUARIAL X CAPITALIZAÇÃO FINANCEIRA

O custeio, ou seja, a mensuração do valor (prêmio) necessário para garantir o pagamento futuro das indenizações e, consequentemente, o equilíbrio do plano é feito com base na capitalização atuarial, utilizando variáveis como expectativa de vida, taxa de mortalidade e de invalidez, além da taxa de juros.

As taxas de mortalidade e de invalidez, por sua vez, são medidas estatísticas que indicam o número de óbitos ou de invalidez ocorrido em uma população durante determinado período, estimando o risco (probabilidade) de morte ou de invalidez ao longo do tempo. Essas taxas podem variar de acordo com fatores como idade, sexo, localização geográfica, condições de saúde e estilo de vida.

Logo, os cálculos atuariais embutem a probabilidade de o indivíduo sobreviver ou de ser invalidado durante determinado período. Esses cálculos são essenciais para garantir a solidez financeira e a solvência das empresas a longo prazo.

A principal diferença entre a capitalização atuarial, utilizada no cálculo dos prêmios e das reservas, e a capitalização financeira, presente nos instrumentos de investimentos para o cálculo da evolução de recursos ao longo do tempo, é que a capitalização atuarial considera a probabilidade de morte e de invalidez, enquanto a capitalização financeira adota apenas parâmetros relacionados ao retorno dos investimentos.

III. SEGUROS DE VIDA E DE INVALIDEZ ESTRUTURADOS NOS REGIMES DE REPARTIÇÃO E DE CAPITALIZAÇÃO

- **14.** É fundamental esclarecer a distinção entre as modalidades de seguros de vida e de invalidez estruturados no regime de repartição e no de capitalização.
- 15. Há seguros de vida e de invalidez estruturados no regime financeiro de repartição (seguros por prazo determinado). Nesse caso, que representa a maioria dos seguros de pessoas com cobertura de risco, os valores arrecadados com os prêmios ao longo do período são destinados ao pagamento das indenizações ocorridas nesse período, não havendo acumulação individual de recursos pelos segurados.
- 16. Nesse regime, não há formação de reserva individualizada, pois o prêmio corresponde ao risco do segurado naquela idade ou faixa etária (probabilidade de morte ou invalidez). Consequentemente, as coberturas estruturadas no regime financeiro de repartição não dão direito ao resgate. Ao mudar de idade ou de faixa etária, consequentemente representando um maior risco (elevação da probabilidade de morte/invalidez), há a necessidade de majoração do valor do prêmio, sob pena de desequilíbrio atuarial.
- 17. Já os seguros de vida estruturados no regime financeiro de capitalização, conhecidos como seguros resgatáveis, preveem prêmios nivelados, ou seja, constantes ao longo da vigência do contrato, independentemente da idade. Esse tipo de seguro pressupõe a formação de reserva individual. Cabe esclarecer, desde já, que essa reserva é constituída não com o objetivo de acumulação de recursos/investimento. Ela é resultado de um cálculo atuarial visando permitir que o valor do prêmio seja constante durante toda a vigência do seguro, sem sofrer elevação em virtude do aumento do risco decorrente da major idade.
- 18. Assim, o seguro estruturado nesse modelo possui, no período inicial, valor de prêmio superior ao do produto em regime de repartição simples, pois o valor que ultrapassa o risco do segurado, após descontadas as pertinentes despesas (de comercialização, administrativas etc.), é utilizado na composição da reserva. Transcorrido determinado período, o valor da reserva constituída será suficiente para custear a diferença entre o prêmio (menor que o risco, pois constante durante toda a vigência do contrato) e o risco do segurado, crescente em função da idade.

O prêmio de repartição simples é diretamente proporcional à probabilidade de morte, crescendo em função da idade. Já nos produtos em capitalização, o prêmio é nivelado, sendo o valor excedente ao risco nos primeiros anos destinado às provisões matemáticas para custeio da cobertura de risco nas idades avançadas.

Exemplo de fórmula:

• Reserva Matemática (PMBaC) para cobertura de morte:

$$_{t}V_{MORTE_{x}} = \left[_{t-1}V_{MORTE_{x}} + PP_{MORTE_{x}}\right] * \left(1 + indexador\right) * \left(1 + i_{12}\right) * \frac{l_{MORTE_{x+t-1}}}{l_{MORTE_{x+t}}} - RiscodeMorte_{t}$$

Sendo:

 $tV_{MORTE_{x}}$ = Provisão Matemática de Benefícios a Conceder da cobertura de morte para um segurado de idade x, em meses, após decorridos "t" meses;

 CS_t = Capital Segurado da cobertura no tempo t;

PP_{MORTE_x} = Prêmio puro (prêmio total menos carregamento para despesas e comissões) da cobertura de morte no momento t, de acordo com a periodicidade de pagamento contratada, podendo ser mensal ou anual, vitalício ou temporário;

✗ = Idade do participante em meses;

t =Tempo em meses;

 l_x =número de sobreviventes à idade x

 d_x = número de mortes ocorridas entre as idades de x e x+1

Risco de morte no período t = $\frac{d_{MORTE_{x+t-1}}}{l_{MORTE_{x+t}}} * \textit{CS}_t = \text{estimativa individual de sinistro para o período t}$

- 19. É necessário esclarecer que esse tipo de seguro prevê a constituição de reserva apenas com parte dos prêmios pagos, isto é, após descontados os valores devidos a título de despesas de corretagem, colocação e administração do plano, além da parcela destinada à cobertura do risco do mês.
- 20. É essencial reforçar que os seguros de vida resgatáveis não são nem guardam semelhança com investimentos ou quaisquer produtos financeiros, não devendo, de forma alguma, ser com eles confundidos ou comparados. Isso porque a reserva não é constituída pelo valor total dos prêmios pagos, pois há dedução de



diversas despesas, além do prêmio para cobertura do risco do período. O valor da reserva, bem como o do prêmio, decorre de um cálculo atuarial. Além do mais, o resgate está sujeito a restrições, inclusive penalidades, a depender de cada contrato, dado que seu objetivo, desde sempre, é somente a proteção securitária.

- 21. Há de ser considerado também o fato de que, ao solicitar o resgate total, ocorre o cancelamento automático da cobertura, significando dizer que, para contar novamente com a proteção securitária, a pessoa terá que submeter-se a um novo processo de subscrição e, provavelmente, em condições não tão vantajosas quanto a original, em função do aumento da idade e, eventualmente, da possibilidade de ter agravado o risco em virtude de seu estado de saúde ter piorado. Sem contar que terá de submeter-se a um novo prazo de carência para o beneficiário ter direito ao pagamento do capital segurado em caso de ocorrência do sinistro (morte/invalidez).
- 22. O resgate parcial, embora previsto, possui dinâmica totalmente diferente dos resgates das aplicações financeiras. Ele acarreta redução do valor do capital segurado. Nesse caso, para restabelecer o valor do capital segurado original, a depender do contrato, o segurado terá que obter a prévia aprovação da seguradora, ficando sujeito à nova análise do risco e a novos cálculos atuariais. Além disso, a seguradora pode estabelecer valor mínimo de capital segurado para a manutenção da cobertura do seguro, o que pode inviabilizar, na prática, o resgate parcial.
- **23.** Por fim, é importante assinalar que as considerações apresentadas neste documento valem para as coberturas de morte e invalidez dos planos de previdência complementar aberta.

IV. CONCLUSÃO

- 24. Os seguros de vida e de invalidez com capital segurado estabelecido na contratação e as coberturas de morte e invalidez na previdência complementar aberta com valor de benefício estabelecido contratualmente são revestidos de componentes atuariais, utilizados no cálculo do valor do prêmio/capital segurado, o que por si só já impede que sejam utilizados como aplicações financeiras.
- **25.** Sendo assim, em face do exposto nesta nota técnica, com destaque para o papel social desses produtos, entende-se fundamental que a alíquota de CBS e IBS a eles aplicáveis seja zero.

■ Saúde Suplementar

Tragédia Climática

1. Desastres - causas e consequências

Os fatos recentemente ocorridos no Rio Grande do Sul, que levaram o estado a um nível de destruição sem precedentes, coloca para todos os juristas brasileiros em suas diferentes áreas de atuação a relevância dos estudos e pesquisas sobre o chamado Direito dos Desastres.

Em obra publicada em 2013, Délton Winter de Carvalho e Fernanda Dalla Libera Damacena, dois dos maiores especialistas sobre o assunto no Brasil, destacam que sempre dominou na sociedade uma concepção de que as catástrofes eram decorrência de eventos da natureza que, por sua vez, geravam danos aos seres humanos e às propriedades.

Destacam os autores, no entanto, que (...) a evolução tecnológica e científica da sociedade contemporânea, ocorrida, principalmente, após a industrialização, desencadeia a ampliação da capacidade de intervenção do homem sobre a natureza, havendo, em quase todos os desastres denominados naturais, algum fator antropogênico.¹

Para os autores, embora seja difícil configurar um conceito determinado para desastres a partir de suas consequências, é possível consolidar uma acepção técnico-jurídica do termo que permita avaliar em dimensão coletiva como **eventos que atuam no plano da sociedade (social disasters)**,

geralmente entendidos como eventos de grandes perdas para um número substancial de pessoas e bens.²

Assim, um desastre é um evento de grandes perdas, inclusive intangíveis, como os danos à saúde mental que atingem pessoas em todas as faixas etárias, níveis socioeconômicos ou gênero.

Uma situação de desastre impõe ao poder público e a todos os setores privados que se organizem para recuperar com rapidez e eficiência os estragos materiais, mas, também para que se organizem para reconstruir o equilíbrio físico e psíquico das pessoas mais diretamente afetadas pelos impactos para que possam retomar seus projetos existenciais em condições apropriadas.

2. Sociedade do hiperconsumo e do desperdício.

O consumo sempre existiu em diferentes sociedades e estimulou a produção tecnológica, a ciência, o bem-estar de indivíduos e famílias, a melhoria da qualidade de vida e os empreendimentos econômicos que geraram emprego, renda e recolhimento de tributos aos cofres públicos indispensáveis para o custeio de políticas públicas. O hiperconsumo, no entanto, é um fenômeno mais recente que teve origem e desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX, caracterizado, principal-

¹CARVALHO, Délton Winter. DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. Direito dos Desastres. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013, p. 25.

²Obra citada, p. 28.



mente, pela facilidade de acesso a produtos e serviços e ao desprestígio da necessidade como fator preponderante para a tomada de decisão.

O hiperconsumo é marcante na sociedade contemporânea.

Já faz tempo que a sociedade de consumo se exibe sob o signo do excesso, da profusão de mercadorias; pois agora isso se exacerbou com os hipermercados e shopping centers, cada vez mais gigantescos, que oferecem uma pletora de produtos, marcas e serviços (Lipovestky, 2004, p.54-55).

Mesmo sem aprofundar as consequências de caráter psicológico do hiperconsumo, é preciso avaliarmos de forma mais objetiva o papel de cada um de nós, a contribuição responsável que temos que realizar para evitar catástrofes como a que estamos vivendo neste momento no Rio Grande do Sul.

A produção econômica é necessária e benéfica, já afirmamos. Gera emprego, renda e tributos que custeiam políticas públicas. Mas o hiperconsumo tem gerado destruição e precisa ser contido, sob pena de tragédias ambientais e climáticas destruírem o planeta de forma irreversível. Isso não é alarmismo, é fruto do aumento de problemas ambientais nos últimos vinte anos.

Há muito para ser feito, mas os resultados só serão perceptíveis se os esforços forem de todos os cidadãos e cidadãs que hoje acompanham, entristecidos, o resultado de mais um desastre ambiental.

Na fascinante obra escrita por Robert Axelrod, "A evolução da cooperação", em que ele analisa as práticas de cooperação e reciprocidade, o autor esclarece:

Uma ótima maneira de promover a cooperação na sociedade é ensinar as pessoas a cuidarem do bem-estar das outras. Pais e professores despendem um esforço tremendo para ensinar às crianças o valor da felicidade dos outros. Em termos de teoria dos jogos, isso significa que os adultos tentam moldar os valores das crianças para que as preferências dos novos cidadãos incorporem não apenas seu próprio bem-estar individual, mas pelo menos em certa medida, o bem-estar dos outros. Sem dúvida, uma sociedade constituída por pessoas tão atenciosas terá muito mais facilidade em manter a cooperação entre seus membros (...)

¹ AXELROD, Robert. A Evolução da Cooperação. S.Paulo: Leopardo Editora, 2010, p. 7.

O autor trata a cooperação não no sentido moral que habitualmente utilizamos. Ele entende a cooperação entre as diferentes pessoas como forma de melhorar a qualidade de vida de todos, instrumento que permite a sociedade viver de forma mais organizada e solidária.

Reduzir o número de cidadãos não cooperativos por meio de educação e engajamento é essencial para a sustentabilidade, porque não há como prevenir desastres climáticos e suas dolorosas consequências sem a contribuição de todos.

Sustentabilidade se constrói com diversidade, inclusão, justa distribuição da renda, responsabilidade pública e privada e cooperação entre cidadãos e cidadãs.

Conclusão

Em meio a uma tragédia como a que vive o Rio Grande do Sul e que poderá ocorrer em muitos outros lugares do país e do mundo, temos que refletir sobre nossas escolhas e sobre a contribuição que nos cabe no auxílio às vítimas para evitar que essas tragédias se tornem mais recorrentes.

Cada atitude é importante e contribui para que os problemas não se agravem. Para isso, faz toda a diferença cuidarmos de nosso equilíbrio emocional, da nossa saúde psíquica. Viver de forma equilibrada e saudável inclui analisar nossas escolhas sem sofrimento, com tranquilidade, buscar o que verdadeiramente é melhor para cada um de nós, com racionalidade e parcimônia.

Precisamos nos cuidar para podermos cuidar dos outros e do planeta; cuidarmo-nos, principalmente, para que nossas escolhas sejam sensatas, fruto de muita reflexão, levando a resultados mais felizes para todos.

Vera Valente e **Angélica Carlini**

Referências

AXELROD, Robert. *A Evolução da Cooperação*. S.Paulo: Leopardo Editora, 2010.

CARVALHO, Délton Winter. DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. Direito dos Desastres. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. LIPOVETSKY, Gilles. A Felicidade Paradoxal: Ensaio dobre a sociedade de hiperconsumo. Lisboa: Edições 70, 2007.

Os Tempos Hipermodernos. S.Paulo: Barcarolla, 2004





BOXE DE SUSTENTABILIDADE

Da vulnerabilidade à segurança: um caminho para reduzir prejuízos e proteger a população

Nos primeiros cinco meses de 2024, os desastres naturais provocaram mais de R\$ 33,9 bilhões em perdas financeiras em todo o Brasil, resultando em uma média alarmante de R\$ 223 milhões em prejuízos por dia. Somente a catástrofe no Rio Grande do Sul contabilizou R\$ 11,4 bilhões até o momento. A previsão é que esse cenário de perdas seja ainda maior. Segundo a Defesa Civil do RS, dos 476 municípios afetados, apenas 144 começaram a contabilizar e divulgar valores de prejuízos públicos e privados provocados pela tragédia1.

As chuvas torrenciais que atingiram o Rio Grande do Sul em maio são provocadas por um fenômeno natural, o El Niño. No entanto, a ação humana, especialmente pela emissão de gases de efeito estufa (GEE), tem alterado os padrões de ocorrência desses fenômenos cíclicos, intensificando seus efeitos e aumentando a frequência de catástrofes como essa. A tragédia resultante pode ser atribuída à falta de preparo e à inação de diversos atores. A resposta ineficaz às emergências e a magnitude dos prejuízos são consequências diretas da ausência de investimentos em medidas preventivas e em estratégias de adaptação climática.

Ouando a sociedade é confrontada com as consequências devastadoras de eventos como esses, o setor de seguros logo ganha destaque nas manchetes. Infelizmente, a percepção da relevância do seguro para boa parte da população surge apenas após tragédias, evidenciando a necessidade de uma mudança de paradigma. Para que o seguro desempenhe um papel mais eficaz na proteção da sociedade, é essencial que ele seja incorporado às políticas públicas que direcionam a atuação do Estado.

O debate sobre como envolver o mercado segurador para aliviar os cofres públicos das despesas emergenciais e de reconstrução pós-desastres passa necessariamente pelo aumento da participação do seguro na sociedade. Números do setor mostram que apenas 17% dos domicílios brasileiros estão amparados por uma apólice de seguro residencial, mas menos de 1% possuem cobertura contra alagamentos.²

A ausência de uma base significativa de segurados dificulta a pulverização dos riscos pelas seguradoras, levando à antisseleção e impactando, assim, um dos princípios fundamentais do seguro. A ampliação da base de segurados não apenas dilui os riscos, mas também contribui para uma precificação mais adequada e acessível. A baixa contratação das coberturas relacionadas a desastres naturais dificulta a modelagem desses riscos, uma vez que os dados atuais não configuram base de perdas relevante para serem utilizadas nos modelos. A precariedade desses dados dificulta a tomada de decisão estruturada sobre a precificação do risco e seu aceite. Isso, por sua vez, reduz o acesso da população aos seguros, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e de falta de proteção contra desastres naturais.

O Brasil pode aprender com outros países a buscar soluções para contornar esse desafio e ampliar a capacidade de proteção securitária da sociedade. Eventos como os que ocorreram no RS, caracterizados por baixa frequência e alta severidade, oferecem uma oportunidade para a transferência de riscos das seguradoras e resseguradores para o mercado de capitais. Tal medi-

https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/novo-balanco-das-chuvas-no-rio-grande-sul-aponta-r-11-4-bilhoes-em-prejuizos-financeiros

² https://www.sindsegsp.org.br/site/noticia-texto.aspx?id=36163#:~:text=Dados%20da%20Federa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20 de,raio%20e%20explos%C3%A3o%2C%20por%20exemplo.

da reduz a exposição financeira dessas empresas a grandes perdas e proporciona acesso à capacidade adicional para a absorção de risco, aliviando o capital das seguradoras e resseguradoras para assumir outros riscos. Do lado do investidor, aquele que ao final assumirá o "risco de seguro", é uma interessante oportunidade de diversificação com retornos potenciais.

Esses instrumentos conhecidos como títulos de catástrofe (catastrophe bonds ou cat bonds) têm sido utilizados por países como Chile, México e Estados Unidos para que seguradoras e resseguradoras transfiram parcelas dos riscos de desastres naturais para o mercado financeiro há mais de duas décadas. Em 2023, a emissão desses títulos atingiu a máxima histórica de mais de US\$ 16 bilhões, um aumento de 24% em relação a 2022. Em 2024, as emissões desses títulos foram 38% maiores até maio, em comparação com o mesmo período de cinco meses de 2023, com US\$ 4 bilhões emitidos apenas em maio, representando o maior volume de títulos catastróficos já vendido em um único mês. Agui no Brasil, a Lei 14.430/22 é o marco legal que dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro (LRS) por Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE). A Resolução CNSP 453/2022 e a Resolução Conjunta CNSP/CMN 9/2024 regulamentaram a matéria.

Desenvolver estratégias para aumentar o envolvimento do mercado financeiro com o setor de seguros e resseguros pode ser uma abordagem eficaz para ampliar a base de segurados e aliviar o ônus orçamentário dos governos na recuperação de cidades após catástrofes climáticas. Além dos retornos atraentes, por configurarem estruturas independentes dos mercados financeiros tradicionais, esses títulos atraem investidores com mandatos socioambientais responsáveis, uma

vez que têm o potencial de alcançar um impacto social positivo ao ajudar na gestão de riscos de desastres naturais.

Recentemente, a CNseg tem articulado, junto ao Congresso Nacional, uma proposta para a criação de um Seguro Social de Catástrofe. Esse seguro funcionaria como um instrumento de proteção e amparo financeiro para a população vulnerável afetada por desastres como chuvas, inundações, alagamentos ou desmoronamentos. O Seguro Social de Catástrofe proporcionará um pagamento emergencial e auxílio funeral para as vítimas de calamidades públicas. De natureza privada, na proposta apresentada pela CNseg, o seguro será contratado mediante pagamento mensal, com cobrança inclusa na conta de energia elétrica. A cobertura abrangerá imóveis residenciais em áreas urbanas e rurais. Com um processo de regulação simplificado, possibilitará uma resposta rápida das seguradoras, atendendo as necessidades emergenciais das famílias.

A emissão de Letra de Riscos de Seguros para cobrir parcela do risco do Seguro Social de Catástrofe poderia ser uma solução viável para uma maior pulverização dos riscos. Essa abordagem não apenas aumentaria os recursos disponíveis para uma resposta rápida em caso de desastres, mas também abriria oportunidades para investidores interessados em ativos com impacto social positivo. Além disso, a proposta da CNseg poderia ajudar a aumentar a cultura de seguro entre a população, estabelecendo um maior nível de confiança e compreensão dos mecanismos de seguro, como instrumento de gestão e transferência de riscos, aumentando sua participação na sociedade, sendo um importante passo para reverter o ciclo de vulnerabilidade e de falta de proteção a eventos climáticos.

³ https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/06/09/vendas-de-bonus-catastroficos-disparam-a-espera-de-temporada-atipica-de-furacoes.ghtml



A contabilidade mais próxima dos debates de sustentabilidade reforça a importância da agenda

Apesar da agenda de sustentabilidade fazer parte dos debates sobre o desenvolvimento econômico e social, o acesso a informações sólidas e comparáveis é um desafio para empresas, investidores e demais interessados, sem contar para casos de omissão de informações relevantes. A conjunção dessas duas situações pode afetar a avaliação dos negócios para a tomada de decisão.

Atualmente, as divulgações relacionadas à sustentabilidade são realizadas por meio de vários relatórios, cujas informações têm amparo em diferentes orientações, por exemplo, Global Reporting Initiative - GRI, Sustainability Accounting Standards Board - SASB e Task Force on Climate-Related Financial Disclosures - TCFD. Os dados precisam ser capazes de refletir com precisão os compromissos e as metas assumidas publicamente ao mercado, considerando o planejamento financeiro e estratégico dos negócios.

Diante do desafio que se apresenta, a International Financial Reporting Standards Foundation - IFRS Foundation anunciou, em novembro de 2021, a formação do International Sustainability Standards Board - ISSB. Trata-se de um conselho responsável por atender aos apelos do Financial Stability Board – FSB e do International Organization of Securities Commissions - IOSCO referente à necessidade de se divulgarem informações financeiras mais consistentes relacionadas à sustentabilidade.

O ISSB tem como objetivo desenvolver normas que permitam o fornecimento de informações de alta qualidade e comparáveis acerca dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. Já foram publicadas duas delas, ambas em junho de 2023, voltadas aos interesses dos investidores, de modo que possam avaliar as empresas nos aspectos de sustentabilidade de seus negócios, efeitos dos impactos climáticos em suas operações e ativos e conexão com as demonstrações financeiras. São elas: IFRS S1, direcionada ao tema de requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade; e IFRS S2, com divulgações relacionadas ao clima.

No âmbito local, foi criado o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS, por força da Resolução CFC 1.670, de junho de 2022, resultado da iniciativa da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade - FACPCS.

O comitê é composto por representantes da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec Brasil), da B3 Brasil Bolsa Balcão, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon), da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), assim como de entidades representativas de investidores do mercado de capitais.

É permitido que outras entidades participem como convidadas para auxiliar o trabalho do CBPS, que inclusive pode constituir comissões e grupos de trabalho sobre determinados temas. É na condição de convidada que a CNseg ocupa a sua posição nos debates do CBPS e a aplicação das futuras normas para o setor de seguros, previdência e capitalização.

O comitê tem o objetivo de estudo, preparo e emissão de documentos técnicos sobre padrões de divulgação sobre sustentabilidade e de informações dessa natureza para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras, no caso de seguros, a Susep, que participa dos debates como convidada entre outras entidades. Os debates levam em conta a adoção dos padrões internacionais editados pelo ISSB.

Pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações podem ser publicados como resultado das atividades do referido comitê. É importante destacar que os pronunciamentos técnicos, também chamados de "CBPS", serão obrigatoriamente submetidos a audiências públicas. Já no caso das orientações e das interpretações essa atividade é facultativa. As audiências públicas são mais uma oportunidade de a confederação oferecer suas sugestões.

Nesse ínterim, em agosto de 2023, a CNseg foi convidada a indicar membros para o CBPS e para o GT de Seguros, criado para discutir os padrões globais de divulgação de informações sobre sustentabilidade para esse segmento.

As primeiras grandes agendas que estão em debate foram os aspectos gerais de divulgação de sustentabilidade (IFRS S1) e os riscos climáticos (IFRS S2). No caso do GT de seguros, os debates foram focados no segmento.

No âmbito da CNseg, para apoio aos debates dos representantes indicados ao CBPS e ao GT de Seguros, foi criado um grupo de trabalho dedicado, subordinado à Comissão de Administração e Finanças da confederação - CAF.

Outro movimento importante no cenário brasileiro aconteceu em novembro de 2023. A CVM divulgou a Resolução CVM 193, que trata sobre a elaboração e divulgação, pelas companhias abertas, companhias securitizadoras e fundos de investimento, de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade.



A Resolução CVM 193 incorpora as normas internacionais para o ambiente legislativo brasileiro e prevê que as companhias abertas, as companhias securitizadoras e os fundos de investimento terão a opção de adotar, em um primeiro momento, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade a partir dos exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2024, nos moldes do padrão ISSB. As companhias abertas serão obrigadas a elaborar e divulgar o relatório nos padrões ISSB a partir dos exercícios sociais iniciados em – ou após – 1º de janeiro de 2026.

As companhias que optarem pela apresentação do relatório de forma voluntária, desde logo, poderão beneficiar-se de certas flexibilizações estabelecidas nas normas até o primeiro exercício social de adoção obrigatória, desde que declarem de forma explícita e sem reservas a sua aderência. O relatório deverá ser apresentado de forma segregada das demais informações da companhia e deverá ser preparado por meio de auditor independente, registrado na CVM, em conformidade com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Retomando os debates no âmbito do GT da CNseg, este se reuniu em algumas oportunidades ao longo dos meses, após a sua criação, com o objetivo de traçar um diagnóstico em relação às práticas setoriais para apresentação ao comitê e, principalmente, ao GT de Seguros.

Como resultado desses debates, estiveram em consulta pública nos pronunciamentos de sustentabilidade, até junho de 2024, duas minutas: I) do Pronunciamento Técnico CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, que está alinhada com o documento IFRS S1; e II) Pronunciamen-

to Técnico CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima, ao IFRS S2.

MINUTA de CPBS 1 – objetivo do Pronunciamento é estabelecer requerimentos gerais sobre divulgações de informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que sejam úteis para usuários de relatórios financeiros de propósito geral na tomada de decisões sobre o fornecimento de recursos para a entidade. O Pronunciamento dispõe, ainda, sobre como a entidade deve preparar e relatar suas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade e estabelece requisitos gerais para o conteúdo e a apresentação dessas divulgações para que estas sejam úteis aos usuários na tomada de decisões relativas ao financiamento da entidade.

MINUTA de CPBS 2 – documento agrega as recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD) e incorpora requisitos de divulgação baseados nas características do setor, derivados de Normas do SASB. A minuta prevê exigências de divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima que sejam úteis para usuários no que concerne a relatórios financeiros de propósito geral na tomada de decisões referentes ao fornecimento de recursos para a organização, englobando aspectos de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades disponíveis para a organização. A minuta prevê, ainda, exigências de divulgações que permitam aos usuários de relatórios financeiros de propósito geral entenderem especificamente os seguintes fatores concernentes a riscos e oportunidades relacionados ao clima: os processos, controles e procedimentos de governança que a organização usa para monitorá-los, gerenciá-los e supervisioná--los; a estratégia da entidade para sua gestão; os processos que a entidade usa para identificá-los, avaliá-los, priorizá-los e monitorá-los, incluindo se e como esses processos são integrados e informam o processo geral de gestão de riscos da entidade; e o desempenho da entidade, incluindo o progresso em direção a quaisquer metas definidas sobre o clima que devam ser cumpridas por lei ou regulamento.

Atendendo o limite do prazo de manifestação e seguindo as sugestões do GT da CNseg e da comissão temática responsável pela agenda, a confederação ofereceu sugestão de inclusão de parágrafo, em ambas as minutas, que permita que a vigência dos pronunciamentos seja estabelecida pelos órgãos reguladores que os aprovarem. Essa medida visa estabelecer ambiente e prazos adequados, de acordo com as especificidades de cada setor, a partir da recepção dos referidos pronunciamentos pelos órgãos reguladores dos setores. A proposta está alinhada à previsão de data de vigência de outros pronunciamentos, por exemplo, o CPC 50 (Contratos de Seguros).

A Susep, apesar de possuir representantes nos debates do GT de Seguros do CBPS, ainda não se pronunciou fora desse fórum. A nossa sugestão visa justamente ter a oportunidade de alinhamentos com o nosso regulador, antes de sua recepção, dadas as nossas particularidades, em especial, os requisitos de sustentabilidade que devem ser observados, em razão da Circular Susep 666 de junho de 2022.

É inegável que a agenda tem ganhado protagonismo mundial e em diferentes setores nos últimos anos. No Brasil e no setor de seguros não é diferente. No nosso segmento em particular, já observamos a gestão dos riscos de sustentabilidade integrada à Estrutura de Gestão de Riscos e aos processos operacionais, em especial no que se refere à precificação e subscrição de riscos, seleção de investimentos e seleção de prestadores de serviços, podendo ser estabelecidos limites para a concentração de riscos e/ou restrições para a realização de negócios. A política de sustentabilidade busca garantir que esses aspectos sejam considerados na condução dos negócios e no relacionamento com partes interessadas. Por fim, o relatório de sustentabilidade promove a divulgação, para o público em geral, das ações relacionadas à política de sustentabilidade e dos aspectos mais relevantes relativos à gestão dos riscos de sustentabilidade.

Agora chegou a vez da contabilidade tornar as divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade cada vez mais úteis aos usuários na tomada de decisões relativas ao negócio, comparáveis com outras empresas nacionais e internacionais, inclusive capazes de fomentar novas fontes de financiamento às empresas.





Panorama sobre a transação com a administração pública

A transação com a administração pública, além de ser uma modalidade de resolução consensual de litígio, é uma forma de extinção do crédito, seja ele tributário ou não. Sua principal regulamentação se encontra na Lei nº 13.988/2020, que prevê dois tipos de transações: por proposta individual do contribuinte ou por adesão dos contribuintes à proposta de transação apresentada, via edital, pela Receita Federal - RFB, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN ou pela Procuradoria-Geral Federal - PGF, a depender da competência de cada órgão.

É importante destacar que a lei não permite uma transação que reduza o valor de multas de natureza penal, da parcela principal do crédito, de dívidas do Simples ou do FGTS. Também não são permitidas transações que impliquem redução superior a 65% do valor total dos créditos transacionados ou que envolvam devedor contumaz, cujo conceito ainda não foi regulamentado.

No tocante aos benefícios que podem ser concedidos, conjunta ou individualmente, no bojo de uma transação, a legislação prevê:

- (i) Descontos nas multas de mora, juros e encargos legais incidentes sobre créditos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação;
- (ii) Oferecimento de prazos e formas de pagamento especiais;
- (iii) Possibilidade de oferecimento, substituição ou alienação de garantias e constrições;
- (iv) Utilização de créditos (próprios, de coligada, controlada ou controladora) de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de Contribuição Socia sobre o Lucro Líquido CSLL, até o limite de 70%; e
- (v) Utilização de precatórios ou direito creditório com sentença transitada em julgado.

Vale ressaltar que a RFB, a PGFN e a PGF estipulam definições distintas para os créditos "irrecuperáveis ou de difícil recuperação".

Por um lado, a Portaria RFB nº 247/2022 considera irrecuperáveis os créditos em contencioso administrativo há mais de dez anos, devendo ser observados a duração, o custo e a baixa perspectiva de cobrança, assim como a baixa expectativa de priorização de julgamento. Por outro, a Portaria PGFN nº 6757/2022 considera irrecuperáveis os créditos inscritos em dívida ativa há mais de quinze anos, sem garantia ou suspensão vigentes; os créditos suspensos por decisão judicial há mais de dez anos; os créditos de titularidade de devedores falidos, em recuperação, liquidação ou intervenção; e aqueles de titularidade de devedores cujo CNPJ consta como suspenso, baixado ou inapto.

Já a Portaria AGU nº 333/2020 considera irrecuperáveis ou de difícil recuperação os créditos sobre os quais se tenham esgotado as medidas ordinárias de cobrança, sem a localização de bens passíveis de penhora, e quando demonstrada a falta de capacidade de pagamento pelo devedor. A normativa elenca, ainda, os documentos que devem ser oferecidos na demonstração da falta de capacidade de pagamento, exigindo, assim, a completa transparência patrimonial do contribuinte, inclusive com a renúncia expressa ao sigilo fiscal e bancário, a fim de confirmar as declarações e os documentos apresentados na avaliação da real capacidade de pagamento.

Especificamente no que se refere às transações no âmbito da Procuradoria-Geral Federal e sem prejuízo da possibilidade de apresentação de proposta de transação individual pelo próprio devedor, apresenta-se, ainda, os contornos das propostas de transação oferecidas pelo próprio órgão, de modo a determinar sua abrangência apenas a créditos inscritos consolidados que ultrapassem o valor de um milhão de reais; créditos de devedores falidos em recupera-

ção, liquidação ou em processo de intervenção; e de devedores cujos débitos se encontrem suspensos.

Destaque-se que a transação junto à PGF, no que se refere à atuação do setor de seguros, pode mostrar-se especialmente interessante na diminuição dos litígios relacionados às multas aplicadas pela Susep e ANS, reduzindo a litigiosidade.

A Lei nº 13.988/2020 prevê também a possibilidade de a administração publicar um edital de transação para créditos sobre os quais recaia uma relevante e disseminada controvérsia, cabendo ao ministro da Fazenda propor a transação ao sujeito passivo, mediante manifestação da PGFN e da RFB. Nessas hipóteses, a transação somente será celebrada se constatada a existência, na data de publicação do edital, de inscrição em dívida ativa, de ação judicial, de embargos à execução fiscal ou de reclamação ou recurso administrativo pendente de julgamento definitivo, relativamente à tese objeto da transação.

Ainda conforme previsão da Portaria ME nº 1584/2023, considera-se controvérsia jurídica relevante e disseminada aquela que trata de questões tributárias que ultrapassem os interesses subjetivos da causa e, preferencialmente, que ainda não tenham sido afetadas a julgamento pelo rito dos recursos repetitivos.

Outra forma de transação se encontra prevista no Art. 3º da Lei nº 14.689/2023, que apresenta a hipótese não contemplada expressamente na Lei nº 13.988/2020, ao prever a possibilidade de transação, por proposta do contribuinte, de créditos inscritos em dívida ativa da União sob discussão judicial e que tenham sido resolvidos em favor do fisco, no bojo do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, por meio do desempate pelo voto de qualidade em favor do fisco. O dispositivo, vale di-

zer, foi inserido na norma durante o processo legislativo que culminou na revogação do desempate favorável ao contribuinte, que vigorava desde 2019.

Tal modalidade de transação é regulada em âmbito infralegal pela Instrução Normativa RFB nº 2167/2023, que orienta que a transação, que deve ser formalizada em até 90 dias da ciência do julgamento administrativo, contará com parcelamentos de até doze prestações mensais e sucessivas e redução total dos juros de mora, admitindo-se a utilização de precatórios e créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.

Por fim, corroborando o estímulo do poder público à transação, no intuito de fomentar a utilização de formas de resolução consensual de litígios, impera destacar que a PGFN e a RFB constantemente lançam novos editais. Mais recentemente, a PGFN lançou o Edital de Transação por Adesão nº 1¹, de 18 de março de 2024, reabrindo, a partir de abril de 2024, a possibilidade de adesão ao Programa Litígio Zero, na sua versão 2024. O edital contempla os débitos de natureza tributária em contencioso administrativo no âmbito da RFB, cujo valor, por contencioso, é de até 50 milhões de reais.

Além de nova oportunidade para a transação, o edital prevê condições mais favorecidas, como a redução do valor de entrada, que passou para 10% da dívida consolidada após descontos, quando dos créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação, e para 30% do valor consolidado após descontos, no caso dos créditos classificados como de alta ou média perspectiva de recuperação.

A adesão ao Programa Litígio Zero 2024 poderá ser feita até o dia 31 de julho de 2024, mediante abertura de processo digital no Portal do Centro Virtual de Atendimento - Portal e-CAC.

Disponível em https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-de-transacao-por-adesao-n-1-de-18-de-marco-de-2024-548937173. Acesso em 13/06/2024.



Utilização de modelos dinâmicos para a previsão de arrecadação: um estudo de caso para o seguro Automóvel

INTRODUÇÃO E MOTIVAÇÃO

A elaboração de projeções, que pode ser traduzida em definir em número as perspectivas sobre o desempenho futuro de determinado negócio, é uma tarefa fundamental para as empresas se manterem competitivas em seu segmento de atuação. Trata-se também de uma ferramenta útil para a formulação do planejamento estratégico das empresas. Indicadores setoriais e macroeconômicos podem servir como insumos para a estimação de modelos de projeção, pois os negócios são altamente influenciados pelas conjunturas econômica e política.

Entretanto, projeções não correspondem à certeza de que determinado cenário se concretizará, mas sim a uma visão probabilística do futuro. Quanto mais se alonga o prazo, mais a conjuntura econômica pode perder importância, e a identificação de tendências que desenharão as futuras potencialidades e limites do mercado ganha peso. O desenho dos diversos cenários possíveis também está associado a mudanças relacionadas não apenas à economia, mas também a áreas como tecnologia, legislação, regulação, política, demografia e clima, que cada vez mais têm ganhado papel fundamental na prospecção de cenários futuros. Um exemplo recente foi a pandemia da covid-19, iniciada em 2020.

Dado o papel fundamental que a indústria de seguros possui na atividade econômica, na proteção de bens e do futuro de pessoas, empresas e do próprio país, entender em qual direção esse mercado está dirigindo-se é de suma importância para as empresas do setor, como também para o apoio ao desenvolvimento da economia.

Entretanto, o setor de seguros brasileiro é muito heterogêneo e possui diversos segmentos e produtos com características distintas, tais como seguros voltados para pessoas físicas e seguros voltados para pessoas jurídicas, cujas variáveis macroeconômicas poderão gerar resultados diferentes. Por exemplo: o aumento na taxa básica de juros pode influenciar positivamente a demanda por produtos de determinado ramo, mas pode ter resultado oposto em outro.

A confecção de projeções por meio de modelos estatísticos que contemplam estruturas probabilísticas é um instrumento valioso nesse contexto, produzindo estimativas pontuais para os objetos projetados, aliadas a medidas de incerteza.

Na prática, a maioria das séries econômicas exibe tendência. O estabelecimento de uma relação de longo prazo em nível entre as variáveis abre novas possibilidades de modelagem para as projeções de arrecadação do setor de seguros. Entretanto, existem diversas técnicas estatísticas e econométricas de modelagem voltadas à projeção, e cada uma delas pode mostrar-se mais adequada a determinado contexto, geralmente ligado às características dos dados disponíveis para a realização do exercício. Muitas vezes, no entanto, é difícil determinar um único modelo estatístico que dê conta da flutuação temporal nas associações entre fatores econômicos e setoriais e a arrecadação. Por esse motivo, a elaboração de previsões utilizando modelos dinâmicos pode ser um caminho mais viável a ser tomado.

METODOLOGIA E RESULTADOS

Modelos dinâmicos, também conhecidos como modelos Espaço de Estados, consideram uma série temporal como a saída de um sistema dinâmico influenciado por perturbações aleatórias. Permitem uma interpretação natural de uma série temporal como resultado de diversos componentes, tais como de tendências, de sazonalidades ou regressivas, combinado a uma estrutura probabilística elegante e poderosa, permitindo ampla gama de aplicações. Problemas de estimação e previsão são resolvidos calculando-se recursivamente a distribuição condicional das quantidades de interesse, dadas as disponibilidades de informação, a partir de uma abordagem bayesiana. Esses modelos podem ser usados em séries temporais univariadas ou multivariadas, que também apresentem não estacionariedade, mudanças estruturais e padrões irregulares (Petris et al, 2009).

Em um modelo de regressão, temos uma variável resposta \mathbf{Y} que é explicada por um conjunto de variáveis explicativas $\mathbf{x}_{1}, \mathbf{x}_{2}, ..., \mathbf{x}_{k}$, com a seguinte relação:

$$Y = \beta 0 + \beta 1x1 + ... + \beta kxk + \epsilon$$

Em geral, o erro, denotado por ϵ , assume distribuição $N(0, \sigma^2)$.

Os coeficientes de regressão $\boldsymbol{\beta}_{o'}$, $\boldsymbol{\beta}_{1'}$, ..., $\boldsymbol{\beta}_{k}$ representam a influência que os regressores têm em relação à variável resposta \boldsymbol{Y} , que possui valores desconhecidos e estimados a partir de um conjunto de observações. Assim, observa-se as respostas $\boldsymbol{Y}_{1'}$, ..., $\boldsymbol{Y}_{n'}$ com seus respectivos regressores $\boldsymbol{x}_{1'}$, $\boldsymbol{x}_{2'}$, ..., $\boldsymbol{x}_{k'}$, dadas por (Migon e Gamerman, 2004):

$$Yt = xt'\beta + \epsilon t, t = 1, ..., n$$

Mas, quando se lida com dados econômicos ou financeiros, por exemplo, um modelo univariado de série temporal pode parecer limitado, pois o economista pode querer ter uma compreensão ampla sobre variáveis macroeconômicas mais relevantes que influenciam a variável de interesse. Ainda assim, mesmo que um modelo univariado seja flexível e forneça uma boa descrição da série, adaptando-se a irregularidades ou quebras estruturais, ele dificilmente será capaz de prever mudanças bruscas sem esforço adicional num estudo mais profundo e amplo das variáveis que influenciam a evolução dos mercados.

Os modelos Espaço de Estados, termo usado para variáveis contínuas, baseiam-se na ideia de que a série temporal (Yt) é uma função incompleta e ruidosa de algum processo inobservável subjacente (βt , t = 1, 2, ...), denominado processo de estado. O processo observável (Yt) depende do processo de estado latente (βt), que tem uma dinâmica Markoviana mais simples, e é possível razoavelmente assumir que a observação Yt depende apenas do estado do sistema quando a medição é feita, βt .

Assim, em modelos dinâmicos, os parâmetros mudam com o passar do tempo, e o modelo de regressão é estendido para um modelo em que os coeficientes de regressão também podem mudar ao longo do tempo com a indexação de β :

$$Yt = xt'\beta t + \epsilon t$$
, $t = 1, ..., n$

Os modelos de previsão deste estudo foram construídos com o pacote kDGLM¹ no R. Trata-se de um pacote inovador, feito especialmente para a análise Bayesiana de Modelos Lineares Dinâmicos Ge-

¹ https://github.com/silvaneojunior/kDGLM?tab=readme-ov-file

neralizados (MLDG) ou, em inglês, *Dynamic Generalized Linear Models* (DGLM), atendendo a famílias exponenciais uni e multivariadas. É uma ferramenta ideal para a inferência sequencial em dados de séries temporais com diversas funcionalidades, tais como intervenções de ajuste, suavização e monitoramento. Com tempos de ajuste quase instantâneos, que são dimensionados linearmente com o comprimento da série temporal, o pacote se torna uma ferramenta importante para analisar conjuntos de dados de séries temporais estendidas.

O kDGLM suporta uma variedade de distribuições, incluindo: Normal Univariada (com média desconhecida e variância observacional que também pode ter evolução dinâmica e estocástica), Normal Bivariada (com médias desconhecidas bem como variâncias observacionais e correlação), Poisson, Gama (com forma conhecida e média desconhecida), Multinomial (com número conhecido de tentativas e probabilidades de eventos desconhecidas). Permite, ainda, a modelagem conjunta de múltiplas séries temporais, contanto que cada série siga uma das distribuições suportadas. As estruturas de um modelo que contém todos os elementos que determinam a relação entre o preditor linear e estados latentes ao longo do tempo são definidas de acordo com uma estrutura de matrizes, e o referido pacote oferece ferramenta para simplificar a tarefa de definição de matrizes.

Para este estudo, foi selecionado o seguro Auto-

móvel. O seguro "Auto", como é popularmente conhecido, movimentou R\$ 55,7 bilhões em prêmios em 2023 e pagou R\$ 31,5 bilhões em indenizações.

A modelagem foi feita com a formação de blocos estruturais, sendo cada um responsável por explicar parte do resultado. Foram criados os blocos polinomiais de tendência, harmônico para sazonalidade, polinomial para variância e bloco de regressão. No último, foram consideradas as variáveis exógenas selecionadas pelo LASSO²: producao_auto e vendaautopasseio. Mas outras técnicas de análise e seleção de variáveis podem ser utilizadas, por exemplo, análises de correlação.

No modelo, foram consideradas 60 observações de um total de 64 (deixando os quatro últimos períodos para previsão). A estrutura considerou:

- i) um bloco polinomial de ordem 2. O bloco polinomial captura as inclinações positivas e negativas, fazendo a seleção ser dinâmica;
- ii) um bloco harmônico representa o ciclo sazonal de ordem 1 e período igual a 4 (por tratar-se de dados trimestrais). Ao indicar um número inteiro, este representa a duração do ciclo de sazonalidade (o número de observações até o ciclo "reiniciar");
- iii) dois blocos de regressoras selecionadas via LASSO: producao_auto e vendaautopasseio.

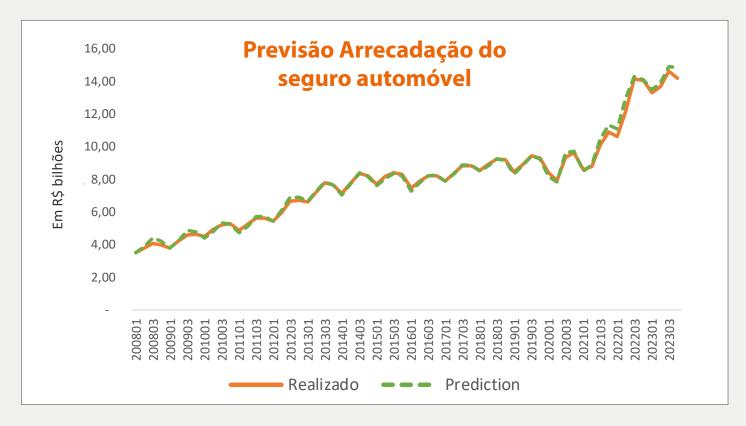
Estrutura do modelo

```
estrutura <- polynomial_block(mu = 1, order = 2, D = "D.level",name = "Trend")+
harmonic_block(mu = 1, order=1, period = 4, D = "D.sazo",name = "Season") +
polynomial_block(V = 1, order = 1, D = "D.var", name = "Var_obs") +
regression_block(mu=1,D="D.reg1",name="producao_auto") +
regression_block(mu=1,D="D.reg2",name="X7384_vendaautopasseio")</pre>
```

²LASSO (Least Absolute Selection Operator) é uma técnica de seleção de variáveis exógenas que reduz alguns coeficientes e define outros como zero, mantendo os bons recursos da seleção de subconjuntos. A redução das estimativas dos coeficientes pode reduzir significativamente sua variância (Tibshirani, 1994).

O resultado gerou um modelo de distribuição Normal, com estatísticas para as variáveis selecionadas pelo LASSO, e, através da função fit_model, o melhor modelo é selecionado. Com os dados do modelo, foi feita a previsão para os quatro trimes-

tres de 2023, utilizando-se a forecast. Os valores de arrecadação previstos para cada trimestre foram comparados com os valores realizados, e, como pode ser verificado pelo gráfico abaixo, os valores previstos estão aderentes aos valores realizados.



Em termos de variação, a soma da arrecadação realizada nos quatro trimestres de 2023 em comparação com o mesmo período de 2022 mostrou que houve um crescimento de 9,4%. Os dados projetados pelo modelo para os quatro trimestres de 2023, quando comparados a 2022, geraram uma previsão de cres-

cimento de 9,1%. Assim, a utilização de um modelo dinâmico, através do pacote kDGLM na ferramenta R, mostrou-se uma excelente ferramenta para a previsão de arrecadação do seguro Automóvel. A partir do modelo apresentado, é possível ampliar sua aplicação em outros produtos de seguros.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

JAMES, Gareth et al. **An introduction to statistical learning**. New York: Springer, 2013.

KALMAN, Rudolph Emil. A new approach to linear filtering and prediction problems. 1960.

MANLY, Bryan FJ; MANLY, B. F. J. Multivariate statistical methods. 1994.

MIGON, Helio. GAMERMAN, Dani. *Introdução aos Modelos Dinâmicos Bayesianos*. In XXVI SBPO - Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional, São João del Rey, nov.

2004. Instituto de Matemática. Universidade Federal de Rio de Janeiro

MONTGOMERY, Douglas C.; PECK, Elizabeth A.; VINING, G. Geoffrey. *Introduction to linear regression analysis*. John Wiley & Sons, 2021.

MORETTIN, Pedro A. *Econometria financeira: um curso em séries temporais financeiras*. Editora Blucher, 2017.

PETRIS, Giovanni; PETRONE, Sonia; CAMPAGNOLI, Patrizia. *Dynamic linear models with*

R. Springer Science & Business Media, 2009.

POLE, Andy; WEST, Mike; HARRISON, Jeff. **Applied Bayesia**n forecasting and time series analysis. Chapman and Hall/CRC, 1998.

TIBSHIRANI, Robert. *Regression shrinkage and selection via the lasso*. Journal of the Royal Statistical Society Series B: Statistical Methodology, v. 58, n. 1, p. 267-288, 1994.

WEST Mike. e HARRISON, Jeff. *Bayesian Forecasting and Dynamic Models* (Springer Series in Statistics). Springer-Verlag, 1997.



Cenários Macroeconômicos

Com base nas projeções de mercado compiladas pelo Relatório Focus do Banco Central do Brasil e de modelos estatísticos univariados, estimados com dados disponíveis até a data de corte¹, a Superintendência de Estudos e Projetos da CNseg elabora os cenários macroeconômicos para as variáveis exógenas utilizadas na estimação dos modelos de projeção de arrecadação dos mais diversos ramos e agrupamentos de ramos do setor de seguros.

O resultado da análise dessas variáveis, de suas inter-relações e da coerência interna de cada cenário pode ser visto na tabela² abaixo, que apresenta os cenários elaborados para as principais variáveis macroeconômicas utilizadas no exercício das projeções.

Valores propostos – Cenários				
	2024			
PIB real (variação)	2,20%			
SELIC	10,00%			
IGP-M (variação)	2,75%			
IPCA (variação)	3,96%			
Câmbio (R\$/US\$)	5,05			

Fontes: Estimativas elaboradas com base no Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 06/05/20241.

Nota: Os valores podem diferir daqueles do Relatório Focus, pois eles servem apenas de base para elaboração dos cenários.

No 1º trimestre de 2024, a atividade econômica cresceu 0,8% em relação ao 4º trimestre de 2023 (com ajuste sazonal) e acima das expectativas do mercado (em torno de 0,7%). Na mesma comparação, pelo lado da oferta, os destaques positivos foram do setor de serviços, que cresceu 1,4%, e da agricultura, que cresceu 11,3%. No grupo dos serviços, houve estabilidade nas atividades de intermediação financeira e seguros (0,0%). A indústria recuou 0,1% no período. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias aumentou 1,5% (acima do recuo de 0,3% registrado no 4º trimestre de 2023), e o volume de investimentos expandiu em 4,1%. Um mercado de trabalho resiliente e uma melhora no dinamismo da renda, combinados com um ambiente positivo para o crédito por conta da queda nas taxas de juros, sustentaram o consumo das famílias. No investimento, a formação bruta de capital fixo (FBCF) também se beneficiou de um cenário com juros em queda e com o aumento das importações de bens de capital. Em doze meses, o PIB apresentou alta acumulada de 2,5%. A projeção para 2024, ainda sem considerar os efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul, foi mantida em 2,2%, assim como para 2025, em 2,0%. Mesmo que fatores climáticos adversos prejudiquem o desempenho do setor agropecuário e, por consequência, afetem o desempenho da atividade econômica, as perspectivas positivas para o crédito e a queda da inadimplência, o mercado de trabalho ainda se manteve aquecido (no trimestre móvel encerrado em abril, a taxa de desocupação ficou em 7,5%, e a população ocupada

¹ 06/05/2024.

² O conjunto de variáveis exógenas utilizadas nos diversos modelos de projeção de arrecadação é muito mais amplo do que o reproduzido aqui, contando atualmente com cerca de 50 séries temporais, todas oriundas de bases de dados públicas.

chegou a 100,8 milhões, com 2,8 milhões a mais de postos de trabalho sobre o mesmo trimestre móvel de 2023).

Em relação à taxa básica de juros, na última reunião, o Comitê de Política Monetária (COPOM) considerou que o cenário esperado não se concretizou devido à desancoragem das expectativas, à elevação das projeções de inflação, ao cenário internacional mais adverso e à atividade econômica mais dinâmica do que o previsto. Como resposta, abandonou o guidance em favor de uma política monetária menos flexível, reduzindo os juros em 0,25 pontos percentuais, quando havia previamente sinalizado uma redução de 0,5 p.p. Assim, aumentamos em um ponto percentual nossa expectativa para a Selic, chegando a 10,0% no final de 2024 e 9,5% em 2025.

O IPCA de maio registrou alta de 0,46%, 0,08 ponto percentual acima da taxa de abril (+0,38%). Em doze meses, o IPCA acumulou alta de 3,9% ante 3,7% em abril. A maior variação ocorreu no grupo Saúde e Cuidados Pessoais, com alta de 0,69% e 0,09 p.p. de contribuição. De acordo com o IBGE, o resultado foi influenciado pelos planos de saúde (0,77%) e pelos itens de higiene pessoal (1,04%). Os maiores impactos, em p.p., ocorreram no grupo Alimentação e Bebidas (0,62%) e Habitação (0,67%), com 0,13 p.p. e 0,10 p.p., respectivamente. A projeção para o IPCA em 2024 foi ajustada para 3,96%. Espera-se que o preço dos serviços apresente um ritmo mais lento de redução, dado um cenário de economia mais aquecida, de baixa taxa de desemprego e de recuperação do rendimento real. Por outro lado, os preços bem-comportados dos alimentos observados em 2023 não devem se repetir neste ano. Para 2025, a projeção da inflação passou para 3,80%.

A projeção para a taxa de câmbio foi ajustada para R\$/US\$ 5,05 em 2024, refletindo condições internas e externas mais adversas. No cenário externo, estão mantidas as projeções de taxas de juros médias mais altas e adiamento do início do ciclo de flexibilização neste ano. Internamente, a deterioração do quadro fiscal aumenta a percepção de risco, com isso, eleva-se o risco-país, repercutindo na desvalorização do câmbio. Para 2025, foi mantida a previsão de R\$/US\$ 5,00, refletindo o diferencial de preços e considerando o câmbio real relativamente estável.

Resultados da projeção

A Projeção de Arrecadação do Mercado Segurador para 2024 foi elaborada considerando-se o cenário e as expectativas econômicas descritos na secão anterior.

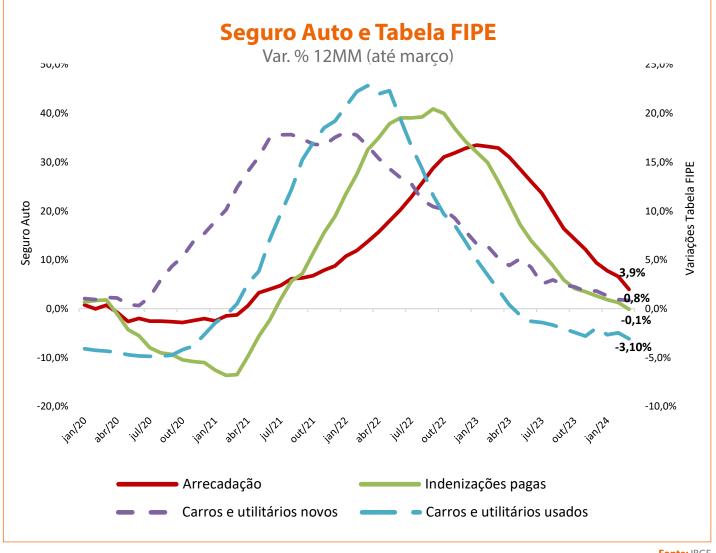
Nesta edição, o referido exercício traz novidades em termos de reagrupamento e destaque de alguns grupos de produtos, já alinhadas às demais divulgações de dados e de informações realizadas pela CNseg. No grupo Patrimonial, foi feito o destaque para os seguros contra Riscos Diversos, e, no grupo dos Riscos Financeiros – anteriormente chamado de Crédito e Garantia –, foram destacados os seguros de Crédito, Garantia, Fiança Locatícia e Outros.



O setor de seguros movimentou R\$ 178,3 bilhões em prêmios de seguros, contribuições em previdência aberta, faturamento de capitalização e contraprestações líquidas de Saúde Suplementar no primeiro trimestre de 2024, expansão de 13,1% sobre o volume arrecadado no mesmo período de 2023. O segmento dos seguros de Danos e Responsabilidades arrecadou R\$ 31,3 bilhões, alta de 6,3% na mesma comparação. Em Cobertura de Pessoas, os Seguros de Pessoas movimentaram R\$ 17,1 bilhões em prêmios de seguros no trimestre, alta de 16,6%, e os planos de Previdência Aberta acumularam R\$ 46,5 bilhões em contribuições, expansão de 20,4% sobre o mesmo trimestre do ano anterior. Os Títulos de Capitalização cresceram 4,1% no período, com R\$ 7,4 bilhões de faturamento. No segmento de Saúde Suplementar, as contraprestações líquidas movimentaram R\$ 75,3 bilhões, alta de 12,3% na comparação com o 1º trimestre de 2023.

No acumulado dos doze meses findos em março, o segmento dos seguros de Danos e Responsabilidades movimentou R\$ 126,9 bilhões, alta de 7,8% sobre o mesmo período do ano passado. O seguro Automóvel acumulou um crescimento de 3,9% no mesmo período, com R\$ 55,8 bilhões em prêmios. No primeiro trimestre de 2024, houve uma forte desaceleração na arrecadação, resultando em um recuo de 0,1%. O volume de indenizações também tem diminuído, e a sinistralidade, que chegou a 72% nos doze meses até setembro de 2022, caiu para 57% até março de 2024, sob a mesma ótica.

Conforme citado na edição anterior, o mercado de vendas de veículos entrou em um período de "ajuste" após uma expressiva valorização nos preços. A oferta de veículos novos tem aumentado, incentivando a queda nos preços. O número de emplacamentos acumulou um crescimento de 8,92% no primeiro trimestre de 2024 em relação ao mesmo período do ano anterior e 7,98% em doze meses até março. A comercialização de seminovos e usados caiu 10,16% no primeiro trimestre, mas, no acumulado em doze meses até março, cresceu 5,41%. Em relação aos preços, a variação média, acompanhada pela Tabela Fipe, mostrou que, até março, os preços dos veículos seminovos e usados caíram 3,10% e, para os veículos novos, beiraram a estabilidade (+0,8%). Diante desse cenário, a projeção de arrecadação para o seguro Automóvel para 2024 foi revisada, passando de 13,3% para 7,2%.



Fonte: IBGE

O grupo Patrimonial acumulou alta de 17,0% nos doze meses até março, com R\$ 24,8 bilhões. Os seguros Massificados cresceram 17,6%, os seguros contra Grandes Riscos, 21,8%, os Riscos Diversos, 12,6%, e os Riscos de Engenharia, 4,0%. A expectativa é de que a arrecadação do grupo Patrimonial siga avançando, mas em um ritmo menos intenso do que o observado até o momento, principalmente em função da base de comparação estatística mais robusta, encerrando 2024 com alta em torno de 16,6%. Chama-se a atenção para os Riscos Diversos, novo destaque na projeção, que possuem previsão de crescimento de 12,0% no ano.

O seguro Habitacional movimentou R\$ 6,6 bilhões em prêmios de seguros no acumulado em doze meses até março, crescendo 12,8% ante 13,4% na comparação até dezembro de 2023. Os recursos para o financiamento imobiliário têm arrefecido. O crédito imobiliário, financiado pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), apresentou retração de 17,3% no primeiro trimestre de 2024, em relação a igual período de 2023, com R\$ 33 bilhões financiados, de acordo com os dados divulgados pela ABECIP (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança). Nos doze meses encerrados em março de 2024, o volu-

me financiado somou R\$ 145,8 bilhões, recuando 18% sobre o mesmo período do ano anterior, sendo, portanto, financiados 462,2 mil imóveis com recursos da poupança SBPE, volume 31,3% menor do que o do ano passado. A projeção para o seguro Habitacional foi revisada, e o volume de arrecadação poderá crescer 9,8% em 2024.

Os seguros de Transportes cresceram 1,2% nos doze meses findos em março, movimentando R\$ 5,9 bilhões em prêmios. Após encerrar 2023 com virtual estabilidade (+0,6%), o primeiro trimestre de 2024 mostrou tendência de recuperação, com avanço de 6,7% sobre o primeiro trimestre de 2023. No mesmo período, a produção industrial cresceu 1,9%, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. Os resultados positivos ocorreram em três das quatro grandes categorias econômicas: Bens Intermediários, +2,7%, Bens de Consumo Duráveis, +0,8%, e Bens de Consumo Semiduráveis e Não Duráveis, +1,6%, com influências positivas registradas pelos produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (+6,7%), indústrias extrativas (+4,6%) e produtos alimentícios (+3,7%). A movimentação de veículos pesados nas rodovias tem aumentado. O Índice ABCR cresceu 3,8% no acumulado em doze meses até março, e, segundo a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, é esperado que essa tendência de crescimento se mantenha por conta do aquecimento do comércio e da indústria como também por melhores condições financeiras das famílias e pelo aumento no consumo de bens duráveis. A projeção de crescimento para os seguros Transportes em 2024 passou de 8,1% para 9,0%.

Com nova segregação dos produtos nas projeções, o grupo dos seguros de Crédito e Garantia passou a ser classificado como Riscos Financeiros e dividido em seguros de Crédito, Garantia, Fiança Locatícia e Outros. O referido grupo arrecadou R\$ 8,1 bilhões nos doze meses até março, expansão de 19,1% sobre o mesmo período do ano anterior. Os seguros Garantia, que têm por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações previstas em contrato assumidas pelo tomador perante o segurado, podendo este ser tanto do setor público quanto do setor privado, são os principais responsáveis pelo avanço do grupo. Para o setor público, o seguro oferece garantias para instituições dos governos federal, estadual e municipal, com o pagamento de indenização pelo não cumprimento de diversos tipos de contrato, por exemplo, execução de obras e projetos, fornecimento de bens e equipamentos, prestação de serviços, qualidade dos serviços prestados, concorrências e licitações. A perspectiva é de que a demanda pelo seguro siga aumentando e encerre 2024 com alta de 24,3% em comparação com 2023.

A arrecadação do seguro Rural tem arrefecido. No acumulado em doze meses até março, o produto movimentou R\$ 14,2 bilhões, montante 1,4% maior do que o volume acumulado no mesmo período até março de 2023. A subvenção ao seguro ainda está aquém do valor demandado. Em 2024, foram disponibilizados pouco mais de R\$ 330,0 milhões³. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) havia pedido ao governo federal a suplementação de R\$ 2,1 bilhões no orçamento do PSR. Com o fim da safra atual, o Ministério da Agricultura deverá lancar o Plano Safra 2024/2025 no final de junho com pleito de aumento para o crédito rural, mas os valores ainda são desconhecidos. A projeção do Rural, para 2024, foi revisada, passando de 10,0% para 7,9%.

A partir do desempenho dos seguros de Danos e Responsabilidades, a projeção do segmento, para 2024, passou de 14,2% para 10,3%.

Variáveis relacionadas à renda são bons termôme-

^{3&}lt;sub>06/05/202</sub>

tros para produtos do segmento de Cobertura de Pessoas, seja na contratação de seguro Vida, seja na de planos de Previdência Privada. No trimestre encerrado em abril, a taxa de desemprego ficou em 7,5%, 0,1 p.p. abaixo do resultado do trimestre encerrado em janeiro de 2024 (+ 7,6%), segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) divulgada pelo IBGE. A população ocupada chegou a 100,8 milhões, crescimento de 2,8% na comparação anual, o equivalente a mais 2,8 milhões de postos de trabalho frente ao mesmo trimestre móvel de 2023. O número de trabalhadores com carteira assinada chegou a 38,2 milhões, um recorde da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. O rendimento médio real das pessoas ocupadas foi de R\$ 3.151 no trimestre encerrado em abril, alta de 4,7% na comparação anual, e a massa de rendimentos, soma das remunerações de todos os trabalhadores do país, chegou a R\$ 313,1 bilhões, novo recorde da série histórica, crescendo 7,9% na mesma comparação.

O segmento Cobertura de Pessoas movimentou R\$ 243,3 bilhões em prêmios de seguros e contribuições em previdência privada nos doze meses findos em março de 2024, expandindo em 11,7% o montante arrecadado no mesmo período de 2023. Os Seguros de Pessoas arrecadaram R\$ 65,0 bilhões em prêmios, alta de 9,2% na mesma comparação. Os planos de Previdência Aberta acumularam R\$ 175,1 bilhões, no mesmo período, e cresceram 13,0%. A projeção para 2024 foi revisada para cima, com as contribuições dos planos de Previdência Aberta expandindo-se em 14,1% e os Seguros de Pessoas elevando em 10,1% o volume de prêmios sobre 2023. Sendo assim, o crescimento do segmento ficaria em 13,0% neste ano.

Após encerrar 2023 com alta de 5,6%, o faturamento dos títulos de Capitalização acumulou cresci-

mento de 5,3% nos doze meses até março de 2024, movimentando R\$ 30,3 bilhões, mas ainda mostrando trajetória de desaceleração. A projeção para 2024 passou de 7,8% para 4,3%.

Considerando o desempenho conjunto dos segmentos dos seguros de Danos e Responsabilidades, de Cobertura de Pessoas e de Capitalização, o crescimento do setor de seguros poderá alcançar 11,5% em 2024.

O segmento Saúde Suplementar totalizou, em março, 80,7 milhões de beneficiários nos Planos Médico-Hospitalares e Exclusivamente Odontológicos, havendo uma leve gueda de 0,6% sobre o mesmo mês de 2023, conforme dados divulgados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A redução no número de beneficiários ocorreu nas duas modalidades. Nos Planos Médico-Hospitalares, houve queda de 0,1% em março (50,2 milhões), com os planos coletivos ficando estáveis (0,0%) e os beneficiários dos planos Individual ou Familiar caindo 0,2%. Nos Planos Exclusivamente Odontológicos, houve uma queda de 1,4%, encerrando março com 30,5 milhões de beneficiários. Em termos de arrecadação, Saúde Suplementar acumulou R\$ 281,5 bilhões em contraprestações líquidas em 2023, alta de 15,0% sobre 2022, e pagou 13,4% a mais com eventos indenizáveis (R\$ 241,2 bilhões) na mesma comparação. No primeiro trimestre de 2024, foram R\$ 75,3 bilhões arrecadados e R\$ 61,3 bilhões retornados aos beneficiários em despesas assistenciais, crescimentos de 12,3% e 7,4%, respectivamente, quando comparados com o 1º trimestre de 2023. A projeção é de que a arrecadação de Saúde Suplementar encerre 2024 com alta de 8.0%.

Com inclusão de Saúde Suplementar, o setor de seguros poderá encerrar 2024 com avanço de 10,0% sobre o montante arrecadado em 2023.

Resultados da Projeção

Projeção de Arrecadação	Projeção Atual	Projeção Anterior		
do Mercado Segurador – crescimento nominal	Arrecadação 2023 (em R\$ Bi)	Realizados 2023 x 2022	2024/2023	2024/2023
DANOS E RESPONSABILIDADES	125,09	10,4%	10,3%	14,2%
Automóveis	55,85	9,4%	7,2%	13,3%
Patrimonial	24,13	17,2%	16,6%	20,1%
Massificados	9,74	17,6%	14,4%	19,8%
Riscos Diversos	4,71	12,3%	12,0%	*
Grandes Riscos	7,68	24,7%	25,9%	23,0%
Risco de Engenharia	0,98	15,3%	-0,9%	1,6%
Outros Patrimonial	1,01	-8,1%	6,4%	*
Habitacional	6,44	13,4%	9,8%	11,5%
Transportes	5,80	0,6%	9,0%	8,1%
Embarcador Nacional	1,62	8,1%	1,4%	7,1%
Embarcador Internacional	0,83	-22,5%	14,6%	19,2%
Transportador	3,36	4,8%	11,3%	5,5%
Riscos Financeiros	7,83	19,7%	21,0%	22,3%
Crédito	2,07	11,2%	16,3%	*
Garantia	4,32	24,3%	24,3%	*
Fiança Locatícia	1,39	17,2%	18,0%	*
Outros	0,05	195,7%	15,1%	*
Garantia Estendida	3,47	5,1%	9,1%	6,3%
Responsabilidade Civil	3,97	6,3%	14,4%	13,8%
Rural	13,95	3,9%	7,9%	10,0%
Marítimos e Aeronáuticos	1,69	9,3%	2,9%	7,3%
Outros	1,96	21,8%	2,5%	12,2%
COBERTURAS DE PESSOAS	232,96	8,7%	13,0%	11,4%
Planos de Risco	64,97	7,6%	10,1%	9,3%
Vida	30,33	12,4%	12,5%	12,0%
Prestamista	17,05	1,9%	9,5%	4,2%
Viagem	0,85	-5,3%	1,9%	10,8%
Outros Planos de Risco	14,30	7,6%	9,1%	11,8%
Planos Tradicionais	2,43	-3,1%	-6,3%	-4,9%
Planos de Acumulação	167,99	9,2%	14,1%	12,2%
Família VGBL	153,27	9,2%	14,6%	12,8%
Família PGBL	13,93	9,9%	9,7%	7,0%
Planos Tradicionais	0,79	-5,2%	-3,4%	-6,8%
CAPITALIZAÇÃO	29,98	5,6%	4,3%	7,8%
MERCADO s/ SAÚDE	388,03	9,0%	11,5%	12,0%
SAÚDE	281,46	15,0%	8,0%	9,5%
MERCADO	669,49	11,5%	10,0%	11,0%

Notas: DIOPS (ANS) – Dados até: 1º trimestre de 2024.

SES (SUSEP) – Dados até: março de 2024.

Utiliza-se como arrecadação de saúde a conta 311 – Contraprestação Líquida / Prêmios Retidos.

Por questões metodológicas de tratamento à base de dados bruta, os dados oriundos da ANS podem estar aqui apresentados de forma diferente e sem considerar ajustes pontuais praticados pela FenaSaúde.

Atualizado em junho de 2024. Projeção anterior: março de 2024.

As referidas projeções são calculadas em colaboração com as Federações e podem sofrer alterações de acordo com a dinâmica do mercado.

^{*}Resultado com o 4º trimestre de Saúde Suplementar projetado.

PRODUÇÃO ACADÊMICA EM SEGUROS

As publicações selecionadas para compor o capítulo desta edição da Conjuntura CNseg abordam diversas temáticas relacionadas à atividade seguradora, na forma de trabalhos para discussão, livros e artigos acadêmicos, além de teses e dissertações de mestrado e doutorado nas mais diversas áreas do conhecimento.



Envie sua sugestão de Produção Acadêmica em Seguros para estudos@cnseg.org.br.

Diante do aumento de casos de catástrofes ambientais no Brasil, pode-se enxergar um maior interesse da população pela contratação de seguros. Entretanto, essa movimentação estimulada pelo temor aos eventos climáticos tem influenciado os níveis de preços tanto pelo aumento da demanda quanto pelo custo na oferta de produtos para as seguradoras. Alterações na precificação podem, potencialmente, representar uma redução na segurança econômica diante dos eventos danosos. Essa ambivalência reflete os novos desafios para o setor de seguros e resta para as empresas entenderem **como as mudanças climáticas aquecem (ou esfriam) o mercado de seguros**. Pode-se observar, como impacto imediato, o *trade* off entre um aumento da sinistralidade frente a uma fase de crescimento da demanda pelos produtos do setor.

Nome: Como as mudanças climáticas aquecem (ou esfriam) o mercado de seguros?

Tipo de Publicação: Artigo de Opinião

Instituição/Publicação: Revista Apólice – Revista do Mercado de Seguros

Período: 20 de maio de 2024

Autora: Bruna Carolina Bianchi de Miranda



https://revistaapolice.com.br/2024/05/como-as-mudancas-climaticas-afetam-o-mercado-de-seguros/

A vulnerabilidade dos países emergentes, frente aos desenvolvidos, quanto a obter financiamento para a gestão climática cresce à medida que esses investimentos passam a exigir maior participação das empresas privadas. Em vista disso, o fator essencial para atrair investimento se encontra na contramão da solução: alto risco de investir nos mercados emergentes. No entanto, para as economias reduzirem o nível de emissões líquidas de gases com efeito estufa para zero até 2050, os investimentos terão que atingir um bilhão de dólares por ano até 2030 em infraestruturas energéticas, outros três a seis bilhões de dólares por ano até 2050 para mitigar as alterações climáticas e mais 140 a 300 mil milhões de dólares por ano até 2030 para adaptar-se às consequências físicas das alterações climáticas, exigindo um emprego financeiro copioso. A razão que pressiona um inevitável envolvimento das empresas privadas como principal suporte monetário foi o dano causado pela COVID-19 nos cofres públicos. Outro motivo é fazer com que os emissores paguem pelos danos que causam, aumentando, assim, a necessidade de financiamento privado do clima nos

Nome: Aumentando o Financiamento Privado do Clima nos Mercados Emergentes e

Economias em Desenvolvimento: Desafios e Oportunidades

mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento.

Tipo de Publicação: Artigo de Opinião

Instituição/Publicação: International Monetary Fund

Período: Outubro de 2022

Autores: Torsten Ehlers (co-líder), Charlotte Gardes-Landolfini (co-líder), Esti Kemp, Peter Lindner e Yanzhe Xiao, sob a supervisão de Ananthakrishnan Prasad (chefe da unidade, Política de

Financiamento Climático) e Fabio Natalucci (vice-diretor).



3

https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2022/10/07/how-to-scale-up-private-climate-finance-in-emerging-economies

Depois de perder, em abril, 379.500 hectares de colheitas em consequência de desastres naturais, como secas, inundações, tempestades de areia, terremotos, incêndios florestais e temperaturas congelantes, a **China aumentou a proteção aos agricultores com seguro nacional para grãos importantes**. Após prejuízo de 14,81 bilhões de yuans (2,05 bilhões de dólares), o ministro da Agricultura e Administração Estatal de Supervisão Financeira apresentou o seguro de custos totais. Esse produto tem o objetivo de aperfeiçoar o nível de proteção do seguro agrícola, de estabilizar o rendimento dos agricultores, de apoiar a revitalização das zonas rurais e de salvaguardar a segurança alimentar, além de alcançar uma menor dependência de importações. Essa busca pela autossuficiência está em linha com o objetivo de Pequim, que é consolidar as explorações agrícolas fragmentadas.

Nome: China aumentou a proteção aos agricultores com seguro nacional para grãos

importantes

Tipo de Publicação: Artigo de Opinião

Período: Jan/2023-Jun/2023

Autores: Mei Mei Chu e Alison Williams



https://www.insurancejournal.com/news/international/2024/05/22/775263.htm

4

Diferentemente dos outros produtos, o seguro cibernético tem um histórico curto de padrões de riscos. Isso pode funcionar como uma barreira à aplicabilidade rápida dos processos e ocasionar maiores chances de erros pelo envolvimento humano. De modo consequente, é provocado um desafio ao setor que, devido ao aumento da exposição ao risco, enfrenta a necessidade de revisões anuais dos prêmios pagos pelos segurados. A fim de responder aos desafios e de melhorar a eficiência nos processos, as seguradoras optaram pela ferramenta da 4° Revolução Industrial como meio de agilizar processos e analisar riscos virtuais com maior precisão. Assim, a IA Generativa transforma a essência do seguro cibernético. Sendo capaz de realizar várias tarefas ao mesmo tempo, como textos, imagens ou outros meios de respostas a solicitações comuns, a referida técnica oferece às seguradoras oportunidades na construção de ferramentas robustas para sintetizar e potencializar seus processos.

Nome: IA Generativa transforma a essência do seguro cibernético

Tipo de Publicação: Artigo de Opinião **Instituição/Publicação:** Revista Apólice

Período: 25 de Abril de 2024 Autor: Claudio Bannwart



https://revistaapolice.com.br/2024/04/ia-generativa-transforma-a-essencia-do-seguro-cibernetico/

Como efeito do *technology-push*, o mercado de seguros adotou um novo negócio, o comércio de compensação de carbono, canalizando capital para projetos de redução de emissão de gases do efeito estufa. Devido a um recorde de procura vindo de empresas poluidoras, a fim de balancear as emissões de CO2, **as seguradoras estão trabalhando para reforçar o mercado de compensação de carbono**. Uma dessas seguradoras, chamada Oka, fez uma parceira com uma plataforma de comércio de carbono (Cloverly), atrelando as negociações promovidas pela plataforma a proteções contrarriscos inerentes aos créditos de carbono. Por exemplo: se parte de um projeto florestal segurado sofrer incêndio, a Oka pagaria ao tomador do seguro o valor dos créditos de carbono perdidos. Dessa maneira, a seguradora entende que a inserção do seguro é uma solução necessária para expandir esse mercado com integridade e mitigação de risco, uma vez que o seguro permitirá que os riscos gerados pela inovação não atrapalhem o crescimento do negócio. Entretanto, outras seguradoras contestam a relação negativa entre o padrão climático e a previsão das apólices, o que desfavorece o trabalho eficiente das seguradoras nesse comércio pela falta de precisão ao prever danos e ao precificar devidamente os seus serviços.

Nome: China aumentou a proteção aos agricultores com seguro nacional para grãos

importantes

Tipo de Publicação: Artigo de Opinião **Instituição/Publicação:** Insurance Journal

Período: 24 de Maio de 2024

Autor(a): Coco Liu



https://www.insurancejournal.com/news/international/2024/05/22/775263.htm



Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Arrecadação per capita: Proporção da arrecadação do setor segurador sobre a População Brasileira.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

Captação líquida de Capitalização: Diferença entre o faturamento de Capitalização e o total dos seus resgates.

Captação líquida dos Planos de Acumulação:

Diferença entre a soma das contribuições de previdência e do prêmio emitido em regime de capitalização de VGBL e a soma dos resgates de previdência e de VGBL. Aplicável somente a esses planos.

Contraprestação de Saúde Suplementar:

Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais médico-hospitalar e/ ou odontológica.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Despesa administrativa do Setor Segurador:

Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador: Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, gerido pela Caixa Econômica Federal, criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho, formando poupança compulsória que pode ser usada em momentos especiais.

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

IGP-M: Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial médico-hospitalar e/ou odontológica.

Instrumento de Garantia: Tem por objetivo propiciar que a provisão matemática para capitalização do título de capitalização seja utilizada para assegurar o cumprimento de obrigação assumida em contrato principal pelo titular perante terceiro.

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor-Amplo calculado pelo IBGE.

Penetração do Setor Segurador no PIB: Proporção da arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no País em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (proxy mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

PIM-PF: Produção Industrial Mensal - Produção Física, do IBGE.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

População Brasileira: Número de habitantes no território nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização:

Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de Saúde Suplementar: Proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Sinistralidade de Seguros: Proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro e serviços de assistência, líquido dos salvados e ressarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

CONSELHO DIRETOR

com mandato de 30/04/2022 a 29/04/2025



Presidente

Roberto de Souza Santos Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

1º Vice-Presidente

Ivan Luiz Gontijo Junior Bradesco Seguros S/A

Vice-Presidentes

Luciano Soares Icatu Capitalização S/A

Pablo dos Santos Meneses SulAmérica Companhia de Seguro Saúde

Vice-Presidentes Natos



Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade Federação Nacional de Seguros Gerais



Manoel Antonio PeresFederação Nacional de Saúde Suplementar



Edson Luis Franco Federação Nacional de Previdência Privada e Vida



Denis dos Santos Morais Federação Nacional de Capitalização

Diretores

Eduard Folch Rue Allianz Seguros S/A

Eduardo Nogueira Domeque Itaú Seguros S/A

Eduardo Stefanello Dal Ri HDI Seguros S/A

> **Erika Medici Klaffke** AXA Seguros S/A

Felipe Costa da Silveira Nascimento Mapfre Previdência S/A

Francisco Alves de Souza COMPREV Vida e Previdência S/A

Helder Molina Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A

> **José Adalberto Ferrara** Tokio Marine Seguradora S/A

Leonardo Deeke Boguszewski Junto Seguros S/A

Marcelo Malanga Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S/A

Patricia Andrea Freitas Velloso dos Santos Prudential do Brasil Seguros de Vida S/A

> Patricia Chacon Jimenez Liberty Seguros S/A

Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão Sinaf Previdencial Cia. de Seguros

Pedro Pereira de Freitas American Life Companhia de Seguros S/A

DIRETORIA EXECUTIVA

Dyogo Oliveira - Diretor-Presidente

Alexandre Leal – Diretor Técnico, de Estudos e de Relações Regulatórias

Ana Cristina Barros – Diretora de Sustentabilidade e Relações de Consumo

André Vasco – Diretor de Serviços às Associadas

Esteves Colnago – Diretor de Assuntos Legislativos

Genildo Lins – Diretor de Assuntos Corporativos, Relações Institucionais e Sindicais

Glauce Carvalhal – Diretora Jurídica







